

O desafio da alfabetização na escola pública municipal de Manaus

El desafío de la alfabetización en la escuela pública municipal de Manaus

Francinetti Martins de Lira
Adriana Francisca de Medeiros
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Humaitá-Brasil

Resumo

Este artigo trata-se de um recorte de uma pesquisa acadêmica de mestrado em andamento. É uma pesquisa qualitativa, realizada por meio da análise documental. Objetiva-se descrever os programas de políticas públicas de alfabetização implementados na rede pública municipal de Manaus no período de 2016 a 2020, e analisar seus resultados. Tendo em vista Avaliação Nacional de Alfabetização de 2016, apontar que a alfabetização do país está estagnada. Conclui a urgência de políticas públicas voltadas para a alfabetização não permanecer em discurso governamental, diante da necessidade da melhoria da educação básica.

Palavras-chave: Avaliação; Alfabetização; Programas educacionais.

Resumen

Este artículo es un extracto de una investigación de maestría académica en curso. Es una investigación cualitativa, realizada a través del análisis documental. El objetivo es describir los programas de política pública de alfabetización implementados en la red pública municipal de Manaus de 2016 a 2020, y analizar sus resultados. En vista de la Evaluación Nacional de Alfabetización de 2016, señalan que la alfabetización del país se encuentra estancada. Se concluye que las políticas públicas dirigidas a la alfabetización no permanecen urgentemente en el discurso gubernamental, dada la necesidad de mejorar la educación básica.

Palabras clave: Evaluación; Literatura; Programas educativos.

1. Introdução

A avaliação educacional vem ganhando destaque nas escolas públicas brasileiras, voltando a atenção para os resultados das avaliações externas e posição em *ranking*, tanto das escolas como dos municípios e dos estados. Segundo Luckesi (2011), as avaliações externas, ou de larga escala, utilizam-se de coletas de dados contemporâneos para realizar o diagnóstico do sistema nacional de educação. O que é importante, pois com seus resultados, políticas públicas, podem ser direcionadas e aplicadas para a melhoria da educação pública do país.

Esses resultados, quando apresentados especialmente da alfabetização, refletem questões sociais, econômicas e políticas que ainda não foram solucionadas como por exemplo, o atraso no ingresso da criança na Educação Infantil e no Ensino Fundamental (EF) trazendo consequências para o processo educacional, gerando a necessidade de uma compensação ou reforço educacional nas escolas, com o intuito de reverter o tardamento da alfabetização.

Na expectativa de apresentar melhores resultados nas avaliações externas, surgem programas com o objetivo de oferecer suporte pedagógico às escolas e, conseqüentemente, melhorar os resultados dessas avaliações externas. Segundo a Resolução 07/CNE/2010 e o Plano Nacional de Educação (PNE) Lei n.º13.005/2014, é importante garantir um percurso contínuo de aprendizagem na passagem da Educação Infantil para o EF, assegurando a qualidade da alfabetização e conseqüentemente da educação básica.

Nessa perspectiva, analisamos os programas destinados a subsidiar os professores alfabetizadores após os resultados das avaliações externas de alfabetização do ano de 2016. O Programa Mais Alfabetização (PMALFA), do Ministério da Educação, e o Programa de Gestão de Alfabetização (PGA), da SEMED/Manaus, ambos desenvolvidos no período de 2018 a 2020 para solucionar o déficit de alfabetização dos anos iniciais do EF nas escolas públicas municipais de Manaus.

O artigo está organizado em três seções: a primeira apresenta o Bloco Pedagógico (BP) que integra a proposta curricular dos anos iniciais da SEMED/Manaus, a segunda o PMALFA, programa do Ministério de Educação e Cultura (MEC), direcionado as escolas que apresentaram resultados insuficiente nas avaliações da ANA – 2016 e a terceira o PGA,

programa interno da secretaria destinado a alfabetização dos estudantes matriculados nos três primeiros anos do EF.

2. Procedimento Metodológico

Esta pesquisa foi realizada por meio de abordagem qualitativa, de cunho documental, sobre esse tipo de pesquisa, Creswell (2021) diz que o pesquisador qualitativo ao coletar os dados, os analisa e realiza sua interpretação, possibilitando um melhor domínio do documento que está sendo examinado.

De acordo com Bardin (2011), a análise documental permite a interpretação do conteúdo facilitando a sua referenciação. Dessa forma, para análise e categorização utilizamos de documentos primários do Programa Mais alfabetização (PMALFA) e Programa de Gestão de Alfabetização (PGA) o site do MEC e a Proposta Curricular dos anos iniciais do ensino fundamental que compunha o Bloco Pedagógico (BP) da Semed/Manaus, que descrevemos, amparados em teóricos como Soares (2008, 2021), Demo (2005), Ferreira (2005), Freitas (2014, 2004), Rego (1995).

No resultado da análise, apresentamos as características e as divergências entre os dois programas destinados à alfabetização, onde buscou-se compreender como a Semed/Manaus desenvolveu os programas educacionais destinados a alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental.

3. Resultado e discussão

3.1 Alfabetização da Semed/Manaus: Bloco pedagógico

A qualidade do ensino e o direito a educação compõem uns dos princípios do Art. 206 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e do Art. 3º da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) n.º 9.394/96. Porém, no quadro que se apresenta, a qualidade da alfabetização das crianças e o desafio de baixar as taxas do analfabetismo na segunda década do século XXI têm ainda gerado muita discussão no âmbito acadêmico, social e político a respeito do ensino oferecido nas escolas públicas.

De acordo com Soares (2008), a discussão sobre a qualidade da alfabetização das crianças já dura décadas. Em busca de solucionar essa problemática, estão sendo apresentadas diversas possibilidades, tais como: reformas educacionais, recursos

O desafio da alfabetização na escola pública municipal de Manaus

metodológicos, projetos educativos, formação de professores, legislações educacionais, entre outras para equacionar essa situação do analfabetismo no Brasil.

Com a proposta de melhoria na alfabetização das crianças, o MEC instituiu, por meio da portaria nº 867 de 4 de julho de 2012, o Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), dando início a mais um programa destinado à formação continuada dos professores alfabetizadores, na expectativa de resolver o problema da alfabetização das crianças até o 3º ano do EF. Nesse contexto, a SEMED/Manaus, no ano de 2013, aprovou a Proposta do Bloco Pedagógico e tinha como objetivo cumprir as legislações educacionais, buscando garantir a alfabetização das crianças até 8 anos de idade.

A Proposta Curricular dos Anos Iniciais – Bloco Pedagógico foi aprovada pela Resolução n.º 041/CME/2013, fundamentada na LDB n.º 9.394/96, na Lei n.º 11.274/2006 e na Resolução n.º 07/CNE/2010 que instituiu e fixa as diretrizes para o ensino de 9 anos respectivamente. E sua operacionalização por meio da Resolução n.º 033/CME/2013, que fixa as normas para os três primeiros anos do EF, priorizando a alfabetização e o letramento com progressão continuada.

A proposta contempla a base comum curricular, incluindo os componentes de Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Sociais, a Arte, Educação Física e Ensino Religioso, bem como os Temas Sociais Contemporâneos, as Culturas Indígenas e Afro-brasileira. Para subsidiar o processo de alfabetização e letramento dos estudantes do BP, são utilizados os cadernos do PNAIC, organizados em eixos, capacidades, conteúdos/conceitos, orientações didáticas e avaliação. (MANAUS, 2014, p. 9).

Ferreiro (2005) salienta que entre as opiniões a respeito da promoção automática, que ela não é bem aceita por profissionais do magistério, como também por outras pessoas que não fazem parte desse cenário, por considerarem um prejuízo ao processo de aprendizagem, devido à desvalorização por parte dos estudantes da aprovação, levando ao desinteresse em estudar para passar de ano escolar. Por outro lado, existe entendimento que se contrapõem ao questionarem se o ensino oferecido é de boa qualidade para que a criança aprenda e se a retenção, entre outros prejuízos, não é antieconômica, pois, transfere para outro momento a problemática da escolarização.

A Estrutura Curricular do BP corresponde aos três anos do EF, contemplando uma carga horária total de 2.400 horas distribuídas em 600 dias letivos e com exigência da

frequência mínima de 75% para os estudantes. A frequência nos três primeiros anos é um dos critérios para a promoção ao término do BP e para minimizar a não frequência, a Secretaria realizava um rígido controle da presença do estudante na sala de aula, com acompanhamento sistemático do professor, pedagogo e direção da escola, além do apoio dos Centros Municipais Sociopsicopedagógico (CEMASP) que desenvolvem ações de combate à evasão escola em parceria com Conselhos Tutelares (MANAUS, 2014).

A Proposta Curricular do BP fundamenta-se nas teorias sociointeracionistas e de inteligência múltiplas, integrando os aspectos cognitivos, físicos, emocionais e sociais da criança, como mediador para estimular o desenvolvimento pleno de suas potencialidades. Com isso, o professor permite que a criança construa significados e formule cada vez mais complexas ações de agir e pensar (MANAUS, 2014, p. 23).

Rego (1995, p. 93) discorre que, na abordagem sociointeracionista de Vigotski, “o organismo e o meio exercem influência recíproca, portanto, o biológico e o social não estão dissociados”, compreendendo que o conhecimento sistematizado oferecido na escola possibilita à criança apresentar uma percepção própria no seu desenvolvimento, assim como nas suas interações sociais, é possível ampliar, reformular, questionar e consolidar sua aprendizagem.

O acompanhamento do desenvolvimento da aprendizagem das crianças é realizado por meio de fichas bimestrais preenchidas pelo professor, que descreve o processo de alfabetização – sondagem, por meio dos níveis de aprendizados assim identificados: hipótese pré-silábica, hipótese silábica, hipótese silábica alfabética e hipótese alfabética. Além disso, são disponibilizados aos docentes documentos norteadores, tais como: proposta curricular dos anos iniciais, cadernos integrados de Língua Portuguesa e Matemática, suprimento pedagógico para o primeiro ano do ensino fundamental e o documento norteador do BP (MANAUS, 2018).

O BP configurou como proposta pedagógica na secretaria até o ano de 2021, tendo em vista a adesão ao Programa Tempo de Aprender em 2022, que acompanha a Política Nacional da Alfabetização (PNA), Decreto nº 9.765 de 11/04/2019 do Governo de Jair Messias Bolsonaro. Neste sentido entendemos que as mudanças que ocorrem em curto espaço de tempo, especificamente na alfabetização, na sucessão de governo, podem contribuir para o enfraquecimento do processo, tendo em vista não haver uma preocupação de escuta dos

profissionais envolvidos, peças fundamentais para conduzir a educação formal na escola, o que nos faz lembrar que o professor necessita de um suporte pedagógico, cultural, político e social que possibilite melhoria sua prática na sala de aula.

4. A Implementação dos programas de alfabetização da Semed –Manaus

A Meta n.º 5 do PNE de 2014 estabelece a alfabetização de todas as crianças até o final do 3º (terceiro) ano do EF. Contudo, a ANA realizada no ano de 2016 apresentou resultados que se distanciava da meta proposta. Abaixo segue uma tabela com os resultados das avaliações da alfabetização do ano de 2014 e 2016, na qual podemos realizar uma análise dos resultados apresentados em ambos os anos da aplicação.

Tabela 1 – Porcentagem dos níveis de proficiência da alfabetização da ANA realizada nos anos de 2014 e 2016

RESULTADO DA ALFABETIZAÇÃO NO ANO 2014 E 2016						
NÍVEL (N) PROFICIÊNCIA	ANO	N1	N2	N3	N4	N5
LEITURA	2014	22%	34%	33%	11%	-
LEITURA	2016	22%	33%	32%	13%	-
		Elementar Básico		Adequado	Desejável	
		Insuficiente		Suficiente		
ESCRITA	2014	12%	15%	8%	56%	10%
ESCRITA	2016	14%	17%	2%	58%	8%
		Elementar		Adequado	Desejável	
		Insuficiente		Suficiente		
MATEMÁTICA	2014	24%	33%	18%	25%	-
MATEMÁTICA	2016	23%	31%	18%	27%	-
		Elementar		Adequado	Desejável	
		Insuficiente		Suficiente		

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas da Educação Básica –Inep
Elaboração: pela pesquisadora - 2023, conforme os dados do Inep

A ANA dos anos de 2014 e 2016 apresentou pouco crescimento nos níveis de proficiência estabelecidos para a alfabetização. Com percentuais idênticos de 22% no nível 1 em leitura e nos demais um crescimento no máximo de 2%, enquanto o nível considerando desejado não atingiu 15%, constatando-se que durante três anos não houve um crescimento na proficiência de leitura no 3º ano do EF. Quanto a escrita, o N4 superou a margem de 50% de proficiência, caracterizando o domínio em:

[...] escrevem ortograficamente palavras com diferentes estruturas silábicas. Em relação à produção de textos provavelmente atendem à proposta de dar continuidade de uma narrativa [...]. Além disso, o texto pode apresentar poucos desvios de segmentação e alguns desvios ortográficos que não comprometem a compreensão. (RELATÓRIO SAEB-ANA 2016, p. 41)

Se a criança no convívio familiar, na interação com a escola e com o conhecimento formal sistematizado que ocorre na escolarização no período destinado à alfabetização já consegue identificar que um texto representa uma comunicação por meio da escrita, isto facilita sua interpretação e conseqüentemente sua compreensão dos tipos textuais.

No nível 5 em escrita para a alfabetização no ano de 2016, permaneceu abaixo do ano de 2014, que não ultrapassou 10%, no âmbito considerado desejado para o ano escolar. Um resultado em termos de leitura e escrita que motiva a necessidade do retorno as escolas quanto a política educacional destinada à alfabetização, com a finalidade reverter o quadro de insatisfatório que se apresenta a alfabetização do país.

Em Matemática o nível 3 adequado também permaneceu com 18% nos dois anos avaliados, o desejado não ultrapassou 27%, os outros dois níveis (N1 e N2) apresentavam uma margem superior a 50% nos níveis considerados elementares insatisfatórios nos anos avaliados sinalizando a urgência de reverter o quadro de estagnação em que se encontrava a alfabetização.

A estratégia 5.2 da Meta 5 do PNE-2014, consiste em estimular os sistemas de ensino e as escolas a produzirem instrumentos de avaliação, monitoramento e medidas pedagógicas que contribuem com a alfabetização até o final do terceiro ano do ensino fundamental (PNE, 2014).

O governo do então presidente da República Michel Temer (2016-2018), objetivando combater aos baixos índices apresentados na ANA do ano de 2016, lançou, em 25 de outubro de 2017, a Política Nacional de Alfabetização (PNA). A PNA engloba a BNCC homologada em 20 de dezembro de 2017, a formação de professores, o protagonismo das redes e o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

Ademais, em seu governo, ele promoveu o lançamento do Programa Mais Alfabetização, com o investimento de R\$ 523 milhões em 2018 para atender 4,6 milhões de alunos matriculados no 1º e 2º ano do Ensino Fundamental, público-alvo da avaliação ANA. Esse Programa possui o propósito de reverter a estagnação da aprendizagem apresentada nos resultados da ANA, e segundo o Ministro da Educação do governo em questão, Sr. Mendonça Filho (2018), é inaceitável a diferença do tempo de alfabetização existente entre as crianças de classes média, rica e pobre para se alfabetizarem (BRASIL, 2018).

De acordo com Demo (2005, p. 47), “A parte do fracasso ligada à pobreza das crianças, não pode ser superada na escola que mesmo oferecendo merenda, não cabe imaginar que aí se supere a exclusão econômica das famílias”. Cabendo ao sistema escolar a responsabilidade de oferecer condições de ensino e aprendizagem independentemente da classe social de seus estudantes, somente assim, será possível combater o fracasso escolar.

Quanto ao tempo que a criança levar para ser alfabetizada, compreendemos que independentemente da classe social, do contexto familiar e de seu ritmo, é de fundamental importância que seja respeitado. Contudo, sem deixar de oferecer condições para superar suas dificuldades durante o processo do ensino e aprendizagem, evidenciando a importância de o professor desse nível de ensino receber todo o suporte necessário para conduzir esse processo de descobertas e curiosidade inerentes a criança nesta fase de construção do conhecimento.

4.1 o programa mais alfabetização – PMALFA na Semed- Manaus

Com os resultados não satisfatórios da ANA de 2016, o MEC, por meio da Portaria do n.º 142, de fevereiro de 2018, foi instituído o Programa Mais Alfabetização (PMALFA), fundamentado na LDB n.º 9.394/96, uma estratégia de fortalecimento para apoiar as unidades escolares que possuem estudantes regularmente matriculados no 1º e 2º ano do ensino fundamental (EF). A adesão ao Programa era voluntária, mediante termo de compromisso assinado pelo chefe do Poder Executivo, Governador ou Prefeito e Secretário de Educação Estadual ou Municipal (BRASIL, 2018).

Para Soares (2021, p. 10), “As respostas do poder público a esse persistente fracasso na aprendizagem inicial da língua escrita, com tão graves consequências, não tem produzido efeito [...]”. A descontinuidade de políticas destinadas à alfabetização e ao letramento das crianças, enfraquece o processo de ensino e aprendizagem, gerando consequências visíveis nas distorções idade-série que ocorre a cada final de um ciclo da escolarização, e apontado nas avaliações externas.

Para apoiar as unidades de ensino no processo de alfabetização da leitura, escrita e da Matemática, o programa disponibiliza assistente de alfabetização para auxiliar o professor alfabetizador, porém possui critérios estabelecidos para sua permanência, assim definida: cinco horas semanais para unidades escolares não vulneráveis ou dez horas semanais para

unidades escolares vulneráveis. Quanto aos critérios da vulnerabilidade, o MEC, ele utiliza a classificação do INEP, que estabelece à escola:

- I- Em que mais de 50% dos estudantes participantes do SAEB/ANA tenham obtido resultado em níveis insuficientes nas três áreas da avaliação (leitura, escrita e matemática); e
- II- Que apresentem Índice de Nível Socioeconômico muito baixo, médio baixo e médio, segundo a classificação do Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep (BRASIL, 2018, p. 5).

Diante dos resultados que a avaliação externa tem apresentado quanto ao processo de alfabetização, entende-se que o critério de vulnerabilidade caracteriza que crianças carentes são as causadoras do baixo rendimento nas referidas avaliações. No entanto, é fundamental que independentemente de critérios adotados para recuperar o nível de ensino, na alfabetização não é admissível separar aqueles que apresentam bons resultados dos que ainda não conseguiram ser alfabetizados. Percebe-se que o resultado negativo recai na classe social do estudante, excluindo a responsabilidade de que é responsável pela educação pública, ou seja, o Estado.

4.2 O programa de gestão em alfabetização – PGA

Podemos dizer que a alfabetização das crianças se tornou um grande desafio para os professores, pois eles possuem a responsabilidade de apresentarem resultados satisfatórios, o que tem sido questionado na avaliação externa. Sem deixar de correlacionar com a importância de o professor ter o conhecimento desses resultados em tempo hábil para desenvolver intervenções necessárias no processo de ensino e aprendizagem. Segundo Freitas (2014), a política de avaliação não pode ser direcionada somente a resultados de dados de desempenho do estudante e do professor, pois esses dados pertencem a escola, e por ela deve ser reconhecida, possibilitando uma reflexão e a compreensão de seus resultados. Destaca ainda que por não ser a avaliação somente técnica, mas também política, considera que a melhor forma de combinar essas características seria se a avaliação fosse realizada pelo ente municipal, por estarem mais próximo da realidade da escola.

Nesse contexto, a SEMED/Manaus desenvolveu, de 2018 a 2020, o Programa de Gestão em Alfabetização (PGA), com o objetivo alfabetizar todas as crianças matriculadas, no máximo, até o final do terceiro ano do EF, conforme indica a meta 05 do PNE 2014, Plano Estadual de Educação do Amazonas (PEE) 2015 e Plano Municipal de Educação de Manaus (PME) 2015. Para isso, foi realizada uma parceria com o Instituto Ayrton Senna (IAS), com o

O desafio da alfabetização na escola pública municipal de Manaus

recebimento de financiamento pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pelo Projeto de Expansão e Melhoria Educacional da Rede Pública Municipal de Manaus (PROEMEM). Em 2018, foram atendidas 76 unidades de ensino que possuíam turmas de 3º do EF abrangendo 12 mil estudantes. No ano de 2019, foram atendidas 78 unidades de ensino com turmas do 3º ano, totalizando 12 mil estudantes. No ano de 2020, foi realizado atendimento a 78 unidades de ensino e, neste ano, o programa atendeu estudantes do 1º, 2º e 3º ano do EF, totalizando 32 mil estudantes (SEMED, MANAUS, 2020).

O PGA atuava em 5 (cinco) eixos, sendo eles: Formação, Avaliação, Planejamento, Acompanhamento mensal e estagiários assistentes de alfabetização. O primeiro eixo, a Formação do programa, que ocorreu no período de abril a novembro de 2020, foi organizada por grupos: aos Assistente de Alfabetização, formação dos experimentos científicos; aos Professores do 1º, 2º e 3º ano, alfabetização, Matemática; e aos Coordenadores das Divisões Distritais, Pedagogos e Assessores formação em Gestão de Alfabetização.

No segundo eixo, Avaliação, eram verificados os componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática das turmas de 1º e 2º ano (avaliação diagnóstica duas vezes ao ano no 1º bimestre e 4º bimestre, realizada pelo CAED/MEC) e 3º ano (avaliação diagnóstica no 1º bimestre e 4º bimestre, realizada pelo IAS). Por sua vez, no terceiro eixo, o Planejamento, o mensal acompanhava o calendário oficial da rede, e os quinzenais. Conforme orientação da Divisão de Ensino Fundamental (DEF), analisavam-se dos indicadores e metas, os resultados mensais e planejavam-se as ações, indicando os responsáveis e estabelecendo os prazos.

O quarto eixo, o Acompanhamento, acontecia mensalmente e era realizado pelos assessores da DEF, DDZs, pelo Assessor de alfabetização e pelo Coordenador dos anos iniciais, para inserção dos dados analisados no panorama do programa, utilizando-se dos seguintes instrumentos: Formulário Perfil da Turma, Cartaz do Programa de Gestão, Formulário de Acompanhamento Mensal, Relatório de Observação das Aulas e Planejamento de Gestão.

No quinto eixo, os estagiários de Pedagogia, assumiam a função de Assistente de Alfabetização e acompanhavam os estudantes que se encontravam nos níveis (N) N3 e N4, e os N1 e N2 eram assistidos pelo professor alfabetizador da turma.

No quadro abaixo, apresentamos o índice da alfabetização SEMED/Manaus dos estudantes do 1º, 2º e 3º ano, no ano de 2018, 2019 e 2020:

Quadro 1 - Índice de Alfabetização SEMED/ Manaus nos anos de 2018/2019/2020

ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO SEMED/ MANAUS			
ANO	1º ANO	2º ANO	3º ANO
2018	49%	63%	54,8%
2019	55,00%	68,20%	83,10%
2020	Com a suspensão das aulas presenciais devido à pandemia no ano de 2020. Houve aprovação de 100% de todos os estudantes.		

Fonte: Relatório de Gestão 2018 – 2019. Disponível: https://semed.manaus.am.gov.br/wp-content/uploads/2021/10/005-Relatorio_Gestao_2018.2019.pdf. Acesso 10 abr. 2023. Relatório de Gestão 2020. Disponível: https://semed.manaus.am.gov.br/wp-content/uploads/2021/10/006-Relatorio_Gestao_2020.pdf. Acesso em: 10 mar. 2023. Elaboração: pela pesquisadora, 2023

No quadro acima percebe-se que no ano de 2019 houve um crescimento no índice de estudantes alfabetizados comparando os anos de 2018, no 3º ano na finalização do BP um percentual acima de 80%, e o reflexo da pandemia no ano de 2020 com a provação de todos. Fato que não minimiza o prejuízo pedagógico causado pelo fechamento das escolas, uma consequência que refletirá por alguns anos na educação do país, caso não sejam tomadas medidas que recupere o déficit de ensino e aprendizagem. Não se recupera uma escolarização que já estava fragilizada em pouco tempo, precisa de um investimento público e posicionamento político para que a educação chegue em um patamar próximo do que estava, e que já não era o adequado de acordo com o resultado das avaliações externas. A alfabetização das crianças certamente foi a mais prejudicada, pela falta da interação e ludicidade pedagógica que o nível carece e a escola oferece. Fato que indica a necessidade de um compromisso tanto do poder público em promover políticas educacionais destinadas a contornar o prejuízo causado pela pandemia como o da sociedade em cobrar e acompanhar seus resultados com o propósito de uma melhoria da educação básica, que exige um empenho em todas as áreas de conhecimento para uma formação de cidadão atuante e consciente de sua posição na sociedade.

Soares (2021) destaca que a determinação em relação ao tempo que a criança deve ser alfabetizada é uma questão polemizada, mais especificamente com a idade-corte que se estabelece na passagem da educação infantil para o EF, desconsiderando o conhecimento que a criança traz do seu convívio familiar e social e o interesse em aprender. Tal posicionamento vem ao encontro a Rego (1995, p.107), ao dizer que “Vigotsky afirmar ser o bom ensino se adianta ao desenvolvimento, ou seja, que se dirige às funções psicológicas que estão em vias de se completarem”. O momento favorável para o ensino e aprendizagem é aquele no qual a criança apresenta potencialidade para aprender e o professor encontra-se

O desafio da alfabetização na escola pública municipal de Manaus

na posição de um intermediador, a fim de conduzir o processo educacional e ajudar o aluno na consolidação da aprendizagem.

Dessa forma, entendemos que a alfabetização não possui um tempo determinado para iniciar, podendo ser na fase pré-escolar ou nos anos iniciais do EF, tendo em vista que nem toda criança consegue ingressar na escola com a idade estabelecida na legislação educacional brasileira. No entanto, independentemente do ingresso ou início do processo de alfabetização, a escola deve ampliar o conhecimento que a criança já possui, oferecendo um ensino de qualidade e, conseqüentemente, a garantia da permanência desse estudante na escola. Abaixo um quadro com o resultado da pesquisa em que apresentamos as características e divergências entre o PMALFA e o PGA.

Quadro 2 - Análise dos Programas do PMALFA e PGA

ANÁLISE DOS PROGRAMAS DO PMALFA E PGA		
CACTERÍSTICAS	PMALFA	PGA
INICIO	2018	2018
OBJETIVO	Fortalecer e apoiar as unidades de escolares no processo de alfabetização.	Alfabetizar todas as crianças no máximo até o 3º ano do Ensino Fundamental conforme meta 05 do PNE e PME.
PÚBLICO-ALVO	1º e 2º ano do Ensino Fundamental	1º ao 3º ano do Ensino Fundamental
FINALIDADE	Alfabetização, prevenção do abandono, à reprovação e distorção idade/ano.	Alfabetização, na perspectiva de letramento dos estudantes do 1º ao 3º ano do ensino fundamental.
PERÍODO	2018 a 2020	2018 a 2020
CARGA HORÁRIA	Escolas não vulneráveis: 5 horas semanais Escolas vulneráveis: 10 horas semanais	4h diárias e 20h semanal
Nº ESCOLAS ATENDIDAS	253	78
RECURSO FINANCEIRO	PDDE	BID - PROEMEM
MATRIZES DE REFERÊNCIA	Português e Matemática	Português e Matemática
REALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA	CAED	1º E 2º ano – CAED- MEC e 3º ano - IAS
FORMA DE ACOMPANHAMENTO	PDDE interativo – Coordenador do PMALFA; SEB-MEC e FNDE	Formulário de Perfil da Turma; Cartaz do Programa de Gestão; Formulário de Acompanhamento Mensal; Relatório de Observação das Aulas; Planejamento de Gestão.
RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	Divisão de Apoio a Gestão Educacional – DAGE	Divisão de Ensino Fundamental - DEF
AVALIAÇÕES	Diagnóstica; Formativa de Processo; Formativa de Saída; Fluência de Leitura.	Diagnóstica Inicial; Diagnóstica de saída; Formativa de saída; Fluência de Leitura;

Fonte: Elaborada pelas autoras

Considerando os programas PMALFA e PGA, que iniciaram no ano de 2018 na SEMED/Manaus e nortearam o monitoramento da alfabetização e letramento das crianças após o resultado da ANA de 2016, observamos que ambos possuem aspectos semelhantes como apresentado no quadro acima, que se destacam na finalidade, abrangência e no objetivo de reverter o resultado não satisfatório apresentado na referida avaliação. Entretanto, o PMALFA já direcionava a alfabetização conforme as diretrizes da BNCC, ou seja, no 2º ano do EF, enquanto o PGA ainda acompanhava o BP e a Resolução 07/CNE/2010 que estabeleciam três anos para consolidar o processo de alfabetização. Apesar de compartilharem de objetivos semelhantes, demonstravam não haver uma concordância em relação à abrangência da ação. De certa forma, essa diferenciação no atendimento as escolas que os programas abrangiam para oferecerem suporte pedagógico, após o resultado da avaliação externa, enfraquece o processo de ensino e aprendizagem, que devem ser contínuo de acordo com a proposta pedagógica da escola.

Não que a avaliação educacional não seja relevante, entendemos que os seus resultados sejam de suma importância para a elaboração de políticas públicas educacionais. No entanto, a qualidade da educação supera ações pontuais voltadas para preparação dos estudantes alcançarem resultados satisfatórios nas avaliações externas. Os resultados são significativos para indicar ações educacionais que fortaleceram o trabalho dos docentes realizados nas escolas e traçarem novas estratégias que possam contribuir na formação dos profissionais envolvidos no processo de ensino e aprendizagem em busca de uma educação de qualidade.

5. Considerações finais

Reconhecemos a importância de programas educacionais, principalmente aqueles voltados para a primeira fase da educação básica, a alfabetização e sua relevância em propiciar atualizações pedagógicas e discussões acerca do processo. Contudo, os excessos de avaliações para o monitoramento parece ser o condutor do processo de ensino e aprendizagem, fazendo com que o foco se direcione a atingir as metas do IDEB. É importante compreender que a alfabetização deve ser a prioridade do sistema escolar, iniciando pelo profissional que está à frente e tem assumido diversos papéis na sala de aula para atender às demandas que lhe são impostas, o que certamente compromete sua ação pedagógica no processo de ensino e aprendizagem.

O desafio da alfabetização na escola pública municipal de Manaus

O elevado número de estudantes na sala de aula, estes ainda crianças, necessitam de um acompanhamento de profissionais com conhecimento em desenvolvimento infantil, o que constitui a importância da formação continuada, assim como, uma atenção maior das autoridades responsáveis em promover a educação no país. Não basta apenas elaborar excelentes programas educacionais, pois é necessário oferecer condições favoráveis para a execução deles. Não podemos afirmar que essa seja a única solução para a alfabetização, mas acreditamos ser um dos primeiros passos para oferecer condições aos professores para conduzir o processo adequadamente.

Outra questão que consideramos importante é a continuidade de uma política de formação que ofereça ao professor alfabetizador a possibilidade de refletir sobre a sua prática pedagógica diante das constantes transformações sociais e culturais existentes a cada geração que adentra a escola. Os interesses e as percepções mudam rapidamente, e o professor precisa acompanhar essa transformação para assegurar a escola como um espaço presente no tempo em que atua.

Referências

AMAZONAS. **Plano Estadual de Educação do Amazonas** – 2015. Disponível em: <http://www.educacao.am.gov.br/wp-content/uploads/2023/03/PLANO-ESTADUAL-DE-EDUCACAO-AMAZONAS-PEEAM.pdf> . Acesso: 12. Ago. 2022

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 12 ago. 2022

BRASIL. **Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019**. Institui a Política Nacional de Alfabetização. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9765.htm>. Acesso em: 20 set. 2022

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional nº 9.394/96**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 31 jul. 2022

BRASIL. **Lei nº 11.274 de 6 de fevereiro de 2006**. Dispõe sobre a duração do ensino fundamental de 9 anos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11274.htm . Acesso em: 31 jul. 2022

BRASIL. **Resolução CNE/CEB 7/2010**. Diário Oficial da União, Brasília, 15 de dezembro de 2010, Seção 1, p. 34, Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcebo07_10.pdf> acesso em: 05 de maio de 2022

BRASIL. **Portaria n. 867 de 4 de julho de 2012**. Institui o Pacto Nacional da Alfabetização na Idade Certa. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/provinha_brasil/legislacao/2013/portaria_n867_4julho2012_provinha_brasil.pdf . Acesso em: 08. abr.2023

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Manual operacional do sistema de orientação pedagógica e monitoramento**. Programa Mais Alfabetização. Brasília: Secretaria de Educação Básica - 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85691-manual-operacional-pmalfa-final/file>>. Acesso em: 10 out. 2023

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Política Nacional da Alfabetização**. Programa Mais Alfabetização. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/56321-mec-anuncia-politica-nacional-de-alfabetizacao-para-reverter-estagnacao-na-aprendizagem>> Acesso: 9 fev. 2023

BRASIL. **Portaria nº 142 de 22 de fevereiro de 2018**. Institui o Programa Mais alfabetização que visa fortalecer e apoiar as unidades escolares no processo de alfabetização do 1º e 2º ano do Ensino Fundamental. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/86401-portaria-142-2018-pmalfa002/file>>. Acesso em: 10 out. 2023

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE. Disponível em:< <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>>. Acesso em: 31 jul. 2022

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017**. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/RESOLUCAOCNE_CP222DEDEZEMBRODE2017.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2022

BRASIL, **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira** –Avaliação Nacional da Alfabetização: relatório 2013-2014: volume 2: análise dos resultados. Brasília, DF: INEP, 2015. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_basica/relatorio_ana_2013_2014_analise_dos_resultados> Acesso em: 20. fev.2023

BRASIL. **Sistema de Avaliação da Educação Básica Avaliação Nacional da Alfabetização**. Edição 2016. Brasília-DF, out. 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2017-pdf/75181-resultados-ana-2016-pdf/file>. Acesso em 12 maio 2022

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e mistos**. 5 ed. Tradução de Sandra Maria Mallmann da Rosa. Porto Alegre: Penso Editora, 2021

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. 7. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

O desafio da alfabetização na escola pública municipal de Manaus

FERREIRO, Emília. **Com Todas as Letras**. 13ª edição. São Paulo: Editora Cortez. 2005. Biblioteca da Educação – série 8 – Atualidade em educação – v.2

FREITAS, L. C. de. Ciclo ou séries? O que muda quando se altera a forma de organizar os tempos-espacos da escola. **Reunião Anual da ANPED**, v. 27, p. 21-24, 2004. Disponível em: <http://27reuniao.anped.org.br/diversos/te_luiz_carlos_freitas.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2023

FREITAS, L. C. de. **Avaliação Educacional: caminhando pela contramão**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Limitada, 2014.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2011

MANAUS. Resolução n. 033/CME/2013. Fixa normas para operacionalização do Bloco Pedagógico do Ensino fundamental – 1º ao 3º ano, nas unidades escolares da Rede Pública Municipal de Ensino de Manaus. Disponível em: <http://dom.manaus.am.gov.br/pdf/2014/janeiro/DOM%203323%2003.01.2014%20CAD%201.pdf/view> . Acesso em: 02. abr.2023

MANAUS. **Plano Municipal de Educação de Manaus**. Lei nº 2000 de 24 de junho de 2015. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/am/m/manaus/lei-ordinaria/2015/200/2000/lei-ordinaria-n-2000-2015-aprova-o-plano-municipal-de-educacao-do-municipio-de-manaus-e-das-outras-providencias> . Acesso em: 02 abr.2023

MANAUS. **Relatório Anual de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Manaus - PME**. 2019. Disponível em: <https://semed.manaus.am.gov.br/wp-content/uploads/2021/10/005-Relatorio_Gestao_2018.2019.pdf>. Acesso: 02 abr. 2023

MANAUS, **Relatório de Gestão do ano de 2020**, mar. 2021. Disponível em:< https://semed.manaus.am.gov.br/wp-content/uploads/2021/10/006-Relatorio_Gestao_2020.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2023

MANAUS. Secretaria Municipal de Educação. **Proposta Pedagógica Anos Iniciais – Bloco Pedagógico**. 2014

REGO, Tereza Cristina. **Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

SEMED_ MANAUS (org.). **Política Nacional de Alfabetização - Manaus_ 2020**. Manaus: SEMED_ Manaus, 2020. 104 slides, color.

SOARES, M. **Alfabetização e letramento**. 5. ed. 2. impressão. São Paulo: Contexto, 2008.

SOARES, M. **Alfabetização**: a questão dos métodos. 1. ed. 5. impressão. São Paulo: Contexto, 2021.

Sobre os autores

Francinetti Martins de Lira

Mestranda do Programa de Pós Graduação em Ensino de Ciências e Humanidades –PPGECH no Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente – IEAA/UFAM. Pedagoga da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Amazonas e Professora da Secretaria Municipal de Educação de Manaus. E-mail: lirafrancinetti@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8039-2419>.

Adriana Francisca de Medeiros

Doutora em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (UNIR) com período sanduíche na University of Florida. Professora do curso de Pedagogia e do Programa de Pós Graduação em Ensino de Ciências e Humanidades – PPGECH no Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente – IEAA/UFAM. Membro da Associação Brasileira de Alfabetização (ABALF). Pesquisadora do grupo de pesquisa Geografia, Natureza e Territorialidades humanas (GENTEH/UNIR) e do grupo de Investigação sobre Relação Educativa e Aprendizagem (IEAA/UFAM). E-mail: afdemedeiros@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9290-0417>.

Recebido em: 24/10/2023

Aceito para publicação em: 16/11/2023